

STJ00096601

ARAKEN DE ASSIS

Professor Titular da PUC/RS. Doutor em Direito pela PUC/SP.
Desembargador (aposentado) do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

4ª edição



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2013 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

A865c

Assis, Araken de

Cumprimento da sentença / Araken de Assis. 4.ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2013.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-4785-9

1. Sentença (Direito processual). 2. Sentença (Processo civil). 3. Execuções (direito). I. Título.

06-0038

CDU 347.95

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i>	XIII
---	------

Capítulo I Força das Resoluções Judiciais e seu Cumprimento

§ 1º Noções Gerais	3
1. Estrutura legislativa e natureza da execução	3
2. Força das resoluções judiciais e entrega do bem da vida	5
3. Importância e problemas básicos da execução perante as reformas legislativas	11
4. Execução frutífera e infrutífera	13
§ 2º Classificação dos Atos Decisórios no Processo	14
5. Generalidades	14
6. Resolução final do processo (“sentença”)	15
7. Resoluções interlocutórias (“decisões”)	17
8. Resoluções de expediente (“despachos”)	18
§ 3º Limites Práticos e Técnicos do Cumprimento das Resoluções Judiciais	20
9. Generalidades	20
10. Conceito, natureza e classificação do objeto da execução	20
10.1. Obrigações líquidas e ilíquidas	22
10.2. Obrigações conjuntivas e alternativas	23
10.3. Obrigações condicionais e a termo	23
10.4. Obrigações divisíveis e indivisíveis	23
11. Conceito, natureza e classificação dos meios executórios	24
11.1. Execução direta	25
11.2. Execução indireta	26
§ 4º Princípios Fundamentais da Execução	27
12. Generalidades	27
13. Princípio da autonomia	27
14. Princípio do título	28
15. Princípio da responsabilidade	29
16. Princípio do resultado	29
17. Princípio da disponibilidade	30
18. Princípio da adequação	31
§ 5º Direito Intertemporal	32
19. Incidência nos feitos pendentes	32

Capítulo II Casos Particulares de Cumprimento

§ 6º Cumprimento nas Prestações Bilaterais	37
20. Generalidades	37
21. Exceções de direito material	38
21.1. Natureza da exceção	38
21.2. Conceito de exceção	38
21.3. Características da exceção	38
22. Exceção de inadimplemento	40
22.1. Conceito de exceção de inadimplemento	40
22.2. Finalidade da exceção de inadimplemento	40
22.3. Terminologia aplicada à exceção	41
22.4. Origens da exceção de inadimplemento	41
22.5. Características da exceção de inadimplemento	41
22.6. Natureza da exceção de inadimplemento	42
22.7. Espécies de exceção de inadimplemento	42
23. Domínio de aplicação da exceção de inadimplemento	43
23.1. Conceito de contrato bilateral	43
23.2. Aplicação aos contratos bilaterais típicos e atípicos	44
23.3. Exclusão dos contratos bilaterais imperfeitos	45
23.4. Exclusão dos contratos administrativos	46
23.5. Exclusão dos contratos plurilaterais	46
23.6. Síntese do campo de incidência da exceção de inadimplemento	47
24. Condições de aplicação da exceção de inadimplemento	47
25. Julgamento da exceção de inadimplemento	48
§ 7º Cumprimento na Emissão de Declaração de Vontade	52
26. Pretensão ao cumprimento do contrato preliminar	52
27. Interpelação da parte inadimplente	55
28. Prescrição da pretensão ao cumprimento	57
29. Efeitos do registro do pré-contrato	58
30. Condições de admissibilidade da pretensão	59
31. Postulação do suprimento da declaração de vontade	62
32. Legitimidade ativa e passiva na ação	63
33. Natureza da ação nascente do contrato preliminar	63
34. Cumprimento do provimento substitutivo	65
34.1. Subordinação do efeito ao trânsito em julgado	65
34.2. Efeitos do contrato definitivo: aquisição do domínio e desapossamento	66
34.3. Desnecessidade de meios compulsórios	67
35. Designação do remédio processual	67

Capítulo III Liquidação de Sentença

§ 8º Considerações Prévias	71
36. Causa da liquidação e títulos de liquidação obrigatória	71
36.1. Liquidez e espécies de obrigação	71
36.2. Liquidez e título extrajudicial	74
36.3. Liquidez e pedido genérico	75
36.4. Proibição da condenação genérica	76
36.5. Casos de liquidação obrigatória	79

37. Natureza da liquidação	80
38. Liquidação e execução provisória	82
39. Execução e liquidação simultâneas	83
40. Espécies de liquidação	84
41. Legitimação ativa e passiva na liquidação	85
42. Competência na liquidação.	87
§ 9º Liquidação por Cálculo	88
43. Casos de liquidação por cálculo	88
44. Requisitos da planilha.	89
45. Formação e controle da planilha.	91
§ 10 Liquidação por Arbitramento	95
46. Casos de liquidação por arbitramento	95
47. Procedimento da liquidação por arbitramento	96
§ 11 Liquidação por Artigos	97
48. Casos de liquidação por artigos	97
49. Procedimento da liquidação por artigos	97
§ 12 Julgamento da Liquidação	99
50. Resultado prático da liquidação	99
51. Princípio da fidelidade ao provimento	99
52. Efeitos do julgamento da liquidação	101
53. Recurso cabível e sucumbência	102

Capítulo IV Execução Provisória

§ 13 Noções Gerais	107
54. Conceito e natureza da execução provisória.	107
55. Casos de execução provisória.	111
56. Proibição da execução provisória.	112
§ 14 Princípios da Execução Provisória	116
57. Identidade de meio executório	116
58. Responsabilidade objetiva do exequente	117
59. Pressupostos da satisfação do exequente	118
60. Restituição ao estado anterior.	122
§ 15 Procedimento da Execução Provisória	124
61. Requerimento inicial da execução	124
61.1. Oportunidade da execução provisória.	124
61.2. Autos da execução provisória	125
62. Prestação da caução	127
63. Cabimento da impugnação do executado	128
64. Conversão da execução provisória em definitiva	128

Capítulo V Pressupostos Processuais no Cumprimento

§ 16 Pressupostos da Pretensão a Executar.	133
65. Subsistência dos pressupostos da pretensão a executar	133

65.1. Independência funcional e condições da ação executiva	134
65.2. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	136
§ 17 Juízo Competente para o Cumprimento	137
66. Generalidades	137
67. Confronto entre as soluções do direito anterior e as do vigente	139
68. Competência nas causas originárias do Tribunal	141
69. Competência do juízo da causa	142
70. Competência na execução dos demais provimentos	143
71. Foros concorrentes ao juízo da causa	144
72. Competência nas ações incidentais, no concurso especial e modificações da competência	144
73. Controle da competência	146
§ 18 Título Executivo e Inadimplemento	148
74. Função e importância do título executivo na execução e no cumprimento	148
75. Conceito e natureza do título executivo	151
76. Ônus de exibição do título executivo	154
77. Atributos do título executivo	155
78. Espécies de título executivo judicial	157
78.1. Sentença civil	157
78.2. Sentença penal	159
78.3. Sentença homologatória	161
78.4. Sentença arbitral	162
78.5. Acordo extrajudicial homologado	162
78.6. Sentença estrangeira	162
78.7. Formal e certidão de partilha	163
79. Inadimplemento e prazo de espera	163
80. Incidente de cumprimento e incidência da multa	167

Capítulo VI

Cumprimento das Prestações de Fazer e de Entrega de Coisa

§ 19 Noções Gerais	171
81. O problema de técnica legislativa no cumprimento	171
82. Ordens judiciais e seus meios de cumprimento	173
§ 20 Procedimento da Execução das Prestações de Fazer	176
83. Início da fase de cumprimento	176
84. Disciplina da pena pecuniária	176
85. Subsistência de pena no caso de improcedência da demanda	178
86. Disciplina das medidas de apoio	180
87. Reação do executado	182
§ 21 Procedimento da Execução das Prestações de Dar Coisa	183
88. Início da fase de cumprimento	183
89. Exceção de retenção por benfeitorias	184
90. Aplicação das medidas de coerção	184
91. Entrega da coisa certa	185
92. Entrega da coisa incerta	185
93. Transformação da tutela específica em perdas e danos	186

Capítulo VII
Execução das Prestações Pecuniárias

§ 22 Fase Inicial da Execução	191
94. Iniciativa da parte	191
95. Terminologia aplicada à petição inicial	192
96. Forma e conteúdo do requerimento executivo	193
96.1. Competência	194
96.2. Legitimidade e intervenção de terceiros na execução	194
96.2.1. Parte e terceiro na execução	195
96.2.2. Intervenção de terceiros na execução	196
96.2.3. Litisconsórcio na execução	196
96.2.4. Legitimidade ativa	197
96.2.5. Legitimidade passiva	198
96.2.6. Intervenção do Ministério Público na execução	199
96.3. Causa de pedir	199
96.4. Pedido na execução	200
96.5. Valor da causa	201
96.6. Produção da prova documental	202
96.7. Requerimento e modos de citação do executado	203
96.8. Indicação de bens	204
96.9. Quebra do sigilo bancário	205
96.10. Outros requerimentos	207
97. Controle do requerimento executivo	207
98. Fixação de honorários advocatícios na execução	208
99. Efeitos da admissibilidade da execução	210
99.1. Efeitos gerais	210
99.2. Efeito específico: averbação do ajuizamento	212
99.2.1. Natureza da averbação	212
99.2.2. Procedimento da averbação	213
99.2.3. Efeitos da averbação do ajuizamento	214
99.2.4. Responsabilidade do exequente pela averbação indevida	214
100. Fase inicial da expropriação	214
100.1. Agente da execução	214
100.2. Dispensa da expedição do mandado de penhora	215
100.3. Localização dos bens penhoráveis	215
100.4. Inexistência de nomeação pelo executado	216
100.5. Natureza da penhora	216
100.6. Ordem da penhora	217
100.7. Lugar da penhora	217
100.8. Tempo da penhora	217
100.9. Adequação da penhora	217
100.10. Incidente de resistência do executado	218
100.11. Efetivação da penhora e elementos do auto	219
100.12. Objeto da penhora	219
100.13. Efeitos da penhora	221
100.14. Depósito da coisa penhorada	222
100.15. Incidentes da penhora	224
100.16. Avaliação do bem penhorado	225
100.17. Intimação da penhora e da avaliação	226
101. Constituição de capital na condenação por ato ilícito	228

§ 23 Aplicação Subsidiária da Execução de Título Extrajudicial	232
102. Generalidades	232
103. Fase de instrução da expropriação	232
104. Fase final da expropriação	232

Capítulo VIII Reação do Executado

§ 24 Noções Gerais	237
105. A impugnação no quadro geral dos remédios contra a execução	237
106. Confronto entre a impugnação e os embargos	241
107. Cabimento da exceção de pré-executividade	243
108. Controle dos atos de expropriação	247
§ 25 Conceito, Natureza e Fundamentos da Impugnação Incidental	249
109. Conceito e natureza da impugnação	249
110. Fundamentos da impugnação do executado	250
110.1. Caráter sumário da cognição na impugnação do executado	251
110.2. Casos explícitos de impugnação	253
110.2.1. Falta ou nulidade da citação	253
110.2.2. Inexequibilidade do título	254
110.2.3. Ilegalidade da penhora ou erro da avaliação	255
110.2.4. Ilegitimidade de partes	257
110.2.5. Excesso de execução	257
110.2.6. Exceções impeditivas, modificativas ou extintivas da obrigação	259
110.2.7. Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo	261
110.3. Casos implícitos de impugnação	262
§ 26 Pressupostos Gerais e Específicos da Impugnação Incidental	264
111. Generalidades	264
112. Prazo da impugnação	264
112.1. Precedência da avaliação	264
112.2. Natureza do prazo	264
112.3. Efeitos da fluência do prazo	265
112.4. Suspensão do prazo	265
112.5. Dobra do prazo	266
112.6. Formas da intimação	266
112.7. Termos inicial e final do prazo	267
113. Competência da impugnação	267
114. Legitimidade ativa e passiva na impugnação	268
115. Constrição patrimonial	270
§ 27 Procedimento da Impugnação Incidental	272
116. Requisitos da petição inicial	272
117. Controle da inicial	274
118. Indeferimento liminar da impugnação	274
119. Deferimento liminar da impugnação e concessão do efeito suspensivo	274
119.1. Admissibilidade como pressuposto da suspensão	275
119.2. Necessidade de pedido expresso do impugnante	275
119.3. Caráter excepcional da suspensão	275
119.4. Inexistência de discricção judicial	275
119.5. Relevância nos fundamentos da impugnação	276

119.6. Receio de grave dano de difícil ou incerta reparação	276
119.7. Suspensão objetiva e subjetivamente parcial.	276
119.8. Prosseguimento da execução mediante caução	277
119.9. Recurso cabível das resoluções do juiz	278
119.10. Demais efeitos do recebimento da impugnação	278
120. Chamamento do impugnado	278
121. Atitudes do impugnado	279
122. Rito e autuação autônoma da impugnação	281
123. Julgamento da impugnação e recursos próprios.	282
§ 28 Efeitos do Julgamento da Impugnação	283
124. Efeitos no caso de procedência.	283
125. Efeitos no caso de improcedência	284
Bibliografia	285
Índice da Legislação	303